

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	15
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	507.692.309
Preferenciais	42.307.699
Total	550.000.008
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.337	14.627
1.01	Ativo Circulante	6.220	4.617
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21	60
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.646	2.614
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.646	2.614
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	3.646	2.614
1.01.06	Tributos a Recuperar	131	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	131	2
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	131	2
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.422	1.941
1.01.08.03	Outros	2.422	1.941
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	2.422	1.941
1.02	Ativo Não Circulante	9.117	10.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.035	6.879
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.035	6.879
1.02.01.10.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	2.489	2.821
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	2.969	2.908
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	577	1.150
1.02.02	Investimentos	3.082	3.131
1.02.02.01	Participações Societárias	3.082	3.131
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.082	3.131

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.337	14.627
2.01	Passivo Circulante	20.377	8.971
2.01.02	Fornecedores	46	45
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	46	45
2.01.03	Obrigações Fiscais	29	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29	1
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais a Pagar	29	1
2.01.05	Outras Obrigações	20.302	8.925
2.01.05.02	Outros	20.302	8.925
2.01.05.02.05	Obrigações de venda de Controlada	20.289	8.912
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	13	13
2.02	Passivo Não Circulante	29.933	20.566
2.02.02	Outras Obrigações	26.995	17.684
2.02.02.02	Outros	26.995	17.684
2.02.02.02.04	Obrigações de Venda de Controlada	22.526	17.684
2.02.02.02.05	Mútuo	4.469	0
2.02.04	Provisões	2.938	2.882
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.938	2.882
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	2.938	2.882
2.03	Patrimônio Líquido	-34.973	-14.910
2.03.01	Capital Social Realizado	85.299	85.299
2.03.02	Reservas de Capital	3.937	3.937
2.03.02.07	Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de investimento entre sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Efeito de Alteração de Participação em Controlada	288	288
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-124.209	-104.146

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-434	-1.259	-375	-1.633
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-365	-1.181	-354	-1.518
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	-29	-9	-34
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-66	-49	-12	-81
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-434	-1.259	-375	-1.633
3.06	Resultado Financeiro	-1.142	-2.585	-580	-1.452
3.06.01	Receitas Financeiras	77	417	168	809
3.06.01.01	Receita Financeira	77	417	168	809
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.219	-3.002	-748	-2.261
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.576	-3.844	-955	-3.085
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.576	-3.844	-955	-3.085
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-890	-16.219	-45.036	-40.763
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-890	-16.219	-45.036	-40.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00448	-0,03648	-0,08362	-0,07972
3.99.01.02	PN	-0,00448	-0,03648	-0,08362	-0,07972

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-39	24.370
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.865	-3.788
6.01.01.01	Prejuízo do período nas operações em continuidade	-3.844	-3.085
6.01.01.02	Variação monetária/Cambial	56	50
6.01.01.03	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-65	-777
6.01.01.04	Receita aplicação financeira em cauções e depósitos vinculados	-61	-57
6.01.01.05	Resultado da equivalência patrimonial	49	81
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.541	394
6.01.03	Outros	-715	27.764
6.01.03.01	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	17	0
6.01.03.02	Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-993	31.772
6.01.03.03	Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas	261	-4.008
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-24.387
6.02.01	Aplicações de cauções e depósitos vinculados	0	-25.000
6.02.02	Resgates de cauções e depósitos vinculados	0	613
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39	-17
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60	95
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21	78

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	85.299	3.937	0	-104.146	0	-14.910
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-104.146	0	-14.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.063	0	-20.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.063	0	-20.063
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	85.299	3.937	0	-124.209	0	-34.973

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	85.299	3.937	0	-22.394	0	66.842
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-22.394	0	66.842
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-43.848	0	-43.848
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.848	0	-43.848
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	85.299	3.937	0	-66.242	0	22.994

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.210	-1.106
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.181	-1.072
7.02.04	Outros	-29	-34
7.02.04.01	Outros despesas operacionais	-29	-34
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.210	-1.106
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.210	-1.106
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-15.851	-40.035
7.06.02	Receitas Financeiras	417	809
7.06.03	Outros	-16.268	-40.844
7.06.03.01	Resultado de participações societárias	-49	-81
7.06.03.02	Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	-16.219	-40.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-17.061	-41.141
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-17.061	-41.141
7.08.01	Pessoal	0	372
7.08.01.04	Outros	0	372
7.08.01.04.01	Salários e encargos	0	372
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	74
7.08.02.01	Federais	0	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.002	2.261
7.08.03.01	Juros	3.002	2.261
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.063	-43.848
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.063	-43.848

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.973	15.244
1.01	Ativo Circulante	7.202	5.671
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59	90
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.577	3.634
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.577	3.634
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	4.577	3.634
1.01.06	Tributos a Recuperar	138	6
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	138	6
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	138	6
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.428	1.941
1.01.08.03	Outros	2.428	1.941
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	2.428	1.941
1.02	Ativo Não Circulante	8.771	9.573
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.676	9.478
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.676	9.478
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	3.574	3.501
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições sociais compensáveis	4.525	4.827
1.02.01.10.09	Outros Créditos	577	1.150
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.03.01.01	Imobilizado Líquido	95	95

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.973	15.244
2.01	Passivo Circulante	20.412	8.999
2.01.02	Fornecedores	48	45
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48	45
2.01.03	Obrigações Fiscais	30	3
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30	3
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais a Pagar	30	3
2.01.05	Outras Obrigações	20.334	8.951
2.01.05.02	Outros	20.334	8.951
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32	32
2.01.05.02.08	Obrigações de Venda de Controladas	20.289	8.906
2.01.05.02.12	Outras Obrigações	13	13
2.02	Passivo Não Circulante	30.534	21.155
2.02.02	Outras Obrigações	26.995	17.684
2.02.02.02	Outros	26.995	17.684
2.02.02.02.03	Mútuo	4.469	0
2.02.02.02.12	Obrigações de Venda de Controladas	22.526	17.684
2.02.04	Provisões	3.539	3.471
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.539	3.471
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	3.539	3.471
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-34.973	-14.910
2.03.01	Capital Social Realizado	85.299	85.299
2.03.02	Reservas de Capital	3.937	3.937
2.03.02.07	Capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento deCapital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de Investimento entre Sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Efeito de Alteração de Participação em Controlada	288	288
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-124.209	-104.146

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	-11
3.03	Resultado Bruto	0	0	0	-11
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-463	-1.314	-387	-1.686
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-461	-1.284	-378	-1.651
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-30	-9	-35
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-463	-1.314	-387	-1.697
3.06	Resultado Financeiro	-1.116	-2.530	-568	-1.399
3.06.01	Receitas Financeiras	111	485	182	873
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.227	-3.015	-750	-2.272
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.579	-3.844	-955	-3.096
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3	0	0	0
3.08.01	Corrente	3	0	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.576	-3.844	-955	-3.096
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-890	-16.219	-45.036	-40.763
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-890	-16.219	-45.036	-40.763
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.859
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	44.081	37.678
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00448	-0,03648	-0,08362	-0,07972
3.99.01.02	PN	-0,00448	-0,03648	-0,08362	-0,07972

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.466	-20.063	-45.991	-43.848

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31	15.398
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.937	-3.909
6.01.01.01	Prejuízo do período nas operações em continuidade	-3.844	-3.085
6.01.01.02	Variação monetária/Cambial	68	61
6.01.01.05	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-88	-813
6.01.01.06	Receita aplicação financeira em cauções e depósitos vinculados	-73	-72
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.509	355
6.01.03	Outros	-603	18.952
6.01.03.01	Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-903	31.901
6.01.03.02	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	39	0
6.01.03.03	Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas	261	-12.949
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-15.489
6.02.01	Aplicações de cauções e depósitos vinculados	0	-25.047
6.02.02	Resgates de cauções e depósitos vinculados	0	672
6.02.06	Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos descontinuadas	0	8.886
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31	-91
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	90	212
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59	121

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-104.146	0	-14.910	0	-14.910
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-104.146	0	-14.910	0	-14.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.063	0	-20.063	0	-20.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.063	0	-20.063	0	-20.063
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-124.209	0	-34.973	0	-34.973

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-22.394	0	66.842	262	67.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-22.394	0	66.842	262	67.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-262	-262
5.04.08	Remuneração com base em ações das controladas	0	0	0	0	0	0	-262	-262
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-43.848	0	-43.848	0	-43.848
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.848	0	-43.848	0	-43.848
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-66.242	0	22.994	0	22.994

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.314	-1.240
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.284	-1.194
7.02.04	Outros	-30	-46
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.314	-1.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.314	-1.240
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-15.734	-39.890
7.06.02	Receitas Financeiras	485	873
7.06.03	Outros	-16.219	-40.763
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operaçõesdescontinuadas	-16.219	-40.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-17.048	-41.130
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-17.048	-41.130
7.08.01	Pessoal	0	372
7.08.01.04	Outros	0	372
7.08.01.04.01	Salários e encargos	0	372
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	74
7.08.02.01	Federais	0	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.015	2.272
7.08.03.01	Juros	3.015	2.272
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.063	-43.848
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.063	-43.848

Comentário do Desempenho

1. PERFIL

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário da seguinte empresa: AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessas sociedades.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os resultados consolidados nos exercícios findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 são compostos da seguinte forma:

	Consolidado		Var. R\$	Var. %
	30.09.2021	30.09.2020		
Receita Operacional Líquida	-	-	-	-
(Custos e Despesas)	(1.314)	(1.686)	372	-22%
Resultado do Serviço Prejuízo Bruto	(1.314)	(1.686)	372	-22%
Resultado Financeiro	(2.530)	(1.399)	(1.131)	81%
Resultado antes dos Tributos	(3.844)	(3.085)	(759)	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	0%
Prejuízo do Período Proveniente de Operações em Continuidade	(3.844)	(3.085)	(759)	25%
Operações Descontinuadas	(16.219)	(40.763)	24.544	-60%
Lucro (Prejuízo) do Período	(20.063)	(43.848)	23.785	-54%

No período findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia apresentou prejuízo consolidado no montante de R\$ 20.063 ante um prejuízo de R\$ 43.848 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram na variação deste resultado.

2.1. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais no período findo em 30 de setembro de 2021 apresentaram uma redução de R\$ 372 em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelos menores gastos com honorários advocatícios na Companhia.

2.2. Resultado Financeiro

	30.09.2021	30.09.2020	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	485	873	(388)	-44%
Despesas financeiras	(3.015)	(2.272)	(743)	33%
Total Resultado Financeiro	(2.530)	(1.399)	(1.131)	81%

No exercício findo em 30 de setembro de 2021 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$ 2.530, ante uma despesa de R\$ 1.399 no período de 9M de 2020. A variação de R\$ 1.131 é decorrente basicamente de:

- ✓ **Receitas Financeiras:** (i) Redução dos juros de aplicações financeiras em função da redução do saldo médio de aplicações em 2021;
- ✓ **Despesas Financeiras:** Aumento decorrente, basicamente, da atualização monetária sobre processos judiciais.

2.3. Operações Descontinuadas - AES Serviços e Uruguaiana

Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2021 o resultado das operações

Comentário do Desempenho

descontinuadas totalizou um prejuízo de R\$ 16.219, ante um prejuízo de R\$ 40.763 período findo em 30 de setembro de 2020. A variação de R\$ 24.544 é decorrente, principalmente, pela atualização dos passivos da venda da Uruguaiana e pela perda na venda da subsidiária, que nos 9M de 2020 totalizou um montante de R\$ 38.663.

Maiores detalhes sobre a venda da Uruguaiana estão disponíveis na nota explicativa nº 8 das informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
ATIVO					
<u>CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	21	60	59	90
Investimentos de curto prazo	3	3.646	2.614	4.577	3.634
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	131	2	138	6
Outros ativos circulantes	6	2.422	1.941	2.428	1.941
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.220	4.617	7.202	5.671
<u>ATIVO</u>					
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	2.489	2.821	4.525	4.827
Cauções e depósitos vinculados	5	2.969	2.908	3.574	3.501
Outros ativos não circulantes	6	577	1.150	577	1.150
Investimento	7	3.082	3.131	—	—
Imobilizado, líquido		—	—	95	95
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.117	10.010	8.771	9.573
TOTAL DO ATIVO		15.337	14.627	15.973	15.244

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		46	45	48	45
Tributos e contribuições sociais a pagar		29	1	30	3
Dividendos a pagar	15	—	—	32	32
Outras obrigações		13	13	13	13
Obrigações de venda de controlada	8	20.289	8.912	20.289	8.906
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		20.377	8.971	20.412	8.999
PASSIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para processos judiciais e outros	9	2.938	2.882	3.539	3.471
Obrigações de venda de controlada	8	22.526	17.684	22.526	17.684
Mútuo	15	4.469	—	4.469	—
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.933	20.566	30.534	21.155
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	10.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	10.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(124.209)	(104.146)	(124.209)	(104.146)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(34.973)	(14.910)	(34.973)	(14.910)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.337	14.627	15.973	15.244

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receita operacional líquida	—	—	—	—	—	—	—	—
Custo dos produtos e serviços vendidos	—	—	—	—	—	—	—	—
LUCRO BRUTO	—	—	—	—	—	—	—	—
Gerais e administrativas	(365)	(1.181)	(354)	(1.518)	(461)	(1.284)	(378)	(1.651)
Outras despesas e receitas operacionais	(3)	(29)	(9)	(34)	(2)	(30)	(9)	(35)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(368)	(1.210)	(363)	(1.552)	(463)	(1.314)	(387)	(1.686)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	(368)	(1.210)	(363)	(1.552)	(463)	(1.314)	(387)	(1.686)
Receitas financeiras	12 77	417	168	809	111	485	182	873
Despesas financeiras	12 (1.219)	(3.002)	(748)	(2.261)	(1.227)	(3.015)	(750)	(2.272)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.142)	(2.585)	(580)	(1.452)	(1.116)	(2.530)	(568)	(1.399)
Resultado de equivalência patrimonial	7 (66)	(49)	(12)	(81)	—	—	—	—
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.576)	(3.844)	(955)	(3.085)	(1.579)	(3.844)	(955)	(3.085)
Contribuição social	—	—	—	—	1	—	—	—
Imposto de renda	—	—	—	—	2	—	—	—
TOTAL DOS TRIBUTOS	—	—	—	—	3	—	—	—
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(1.576)	(3.844)	(955)	(3.085)	(1.576)	(3.844)	(955)	(3.085)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	8 e 13 (890)	(16.219)	(45.036)	(40.763)	(890)	(16.219)	(45.036)	(40.763)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.466)	(20.063)	(45.991)	(43.848)	(2.466)	(20.063)	(45.991)	(43.848)
Resultado por ação básico e diluído								
Por ação Ordinária	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)
Por ação Preferencial	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
PREJUÍZO LUCRO DO PERÍODO	(2.466)	(20.063)	(45.991)	(43.848)	(2.466)	(20.063)	(45.991)	(43.848)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	<u>(2.466)</u>	<u>(20.063)</u>	<u>(45.991)</u>	<u>(43.848)</u>	<u>(2.466)</u>	<u>(20.063)</u>	<u>(45.991)</u>	<u>(43.848)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	85.299	3.937	(22.394)	66.842	262	67.104
Prejuízo do período	—	—	(43.848)	(43.848)	—	(43.848)
Remuneração com base em ações das controladas	—	—	—	—	(262)	(262)
Saldos em 30 de setembro de 2020	85.299	3.937	(66.242)	22.994	—	22.994
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.299	3.937	(104.146)	(14.910)	—	(14.910)
Prejuízo do período	—	—	(20.063)	(20.063)	—	(20.063)
Saldos em 30 de setembro de 2021	85.299	3.937	(124.209)	(34.973)	—	(34.973)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Atividades operacionais:					
Prejuízo do período nas operações em continuidade		(3.844)	(3.085)	(3.844)	(3.085)
Ajustes para conciliar o prejuízo do período com o caixa das atividades operacionais					
Variação monetária/Cambial		56	50	68	61
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(65)	(777)	(88)	(813)
Receita aplicação financeira em cauções e depósitos vinculados		(61)	(57)	(73)	(72)
Resultado da equivalência patrimonial	7	49	81	—	—
		(3.865)	(3.788)	(3.937)	(3.909)
Variação de ativos e passivos operacionais		4.541	394	4.509	355
		676	(3.394)	572	(3.554)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		17	—	39	—
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		(993)	31.772	(903)	31.901
Caixa líquido (usado)/gerado nas atividades operacionais continuadas		(300)	28.378	(292)	28.347
Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas		261	(4.008)	261	(12.949)
Total caixa líquido (usado)/gerado nas atividades operacionais		(39)	24.370	(31)	15.398
Atividades de investimentos:					
Aplicações de cauções e depósitos vinculados		—	(25.000)	—	(25.047)
Resgates de cauções e depósitos vinculados		—	613	—	672
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos em continuidade		—	(24.387)	—	(24.375)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos descontinuadas		—	—	—	8.886
Total caixa líquido usado nas atividades de investimentos		—	(24.387)	—	(15.489)
Variação no caixa líquido da Companhia		(39)	(17)	(31)	(91)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		60	95	90	157
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas		—	—	—	55
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		21	78	59	121

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.210)	(1.106)	(1.314)	(1.240)
Outros despesas operacionais	(29)	(34)	(30)	(46)
Serviços de terceiros	(1.181)	(1.072)	(1.284)	(1.194)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.210)	(1.106)	(1.314)	(1.240)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(1.210)	(1.106)	(1.314)	(1.240)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(15.851)	(40.035)	(15.734)	(39.890)
Receitas financeiras	417	809	485	873
Resultado de participações societárias	(49)	(81)	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(16.219)	(40.763)	(16.219)	(40.763)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(17.061)	(41.141)	(17.048)	(41.130)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(17.061)	(41.141)	(17.048)	(41.130)
Empregados (Colaboradores)	—	372	—	372
Salários e encargos	—	372	—	372
Tributos (Governo)	—	74	—	74
Federais	—	74	—	74
INSS	—	74	—	74
Remuneração de capitais de terceiros	3.002	2.261	3.015	2.272
Juros	3.002	2.261	3.015	2.272
Remuneração de capitais próprios	(20.063)	(43.848)	(20.063)	(43.848)
Prejuízo do período	(20.063)	(43.848)	(20.063)	(43.848)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasiliana Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

1.1 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis intermediárias

A divulgação completa sobre a avaliação e acompanhamento do COVID-19 foi detalhada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Até o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve impacto relevante para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 11 de novembro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar algumas notas explicativas, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 30 de junho de 2021. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

Notas Explicativas

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparados com base no pressuposto de continuidade, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas na nota explicativa obrigações com venda de controlada e provisões para processos judiciais e outros (Notas 8 e 9).

A Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 20.063 durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 34.973 e capital circulante negativo consolidado de R\$ 13.210.

Como a Companhia e a sua controlada não são entidades operacionais, ambas dependem de financiamentos a serem acordados com os seus acionistas e do aporte financeiro parcial ao limite de participação acionária por um dos acionistas da Companhia para cumprir com suas obrigações. Como os financiamentos dependem de aprovação e o aporte financeiro parcial não representa um compromisso formalizado, esses eventos ou condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia e sua controlada.

- Controlada AES Elpa

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Tipo de operação				
Número disponível	21	60	59	90
Total	21	60	59	90

Investimentos de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Tipo de operação				
CDB-DI	3.646	2.614	4.577	3.634
Total	3.646	2.614	4.577	3.634

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2021 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 96,53% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,93% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	131	2	138	6
Total	131	2	138	6
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda	2.469	2.801	4.504	4.806
Contribuição social	20	20	21	21
Total	2.489	2.821	4.525	4.827

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

Notas Explicativas

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras	2.969	2.908	3.574	3.501
Total	2.969	2.908	3.574	3.501

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<u>CIRCULANTE</u>				
Despesas de seguro pagas antecipadamente	2.422	1.941	2.422	1.941
Outros	—	—	6	—
Total	2.422	1.941	2.428	1.941
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Despesas de seguro pagas antecipadamente	577	1.150	577	1.150
Total	577	1.150	577	1.150

Notas Explicativas

7. INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos	AES Elpa
Participação direta	
31.12.2020	100,00%
30.09.2021	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31.12.2020	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2020	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 30.09.2021	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 30.09.2021	100,00%
Valor do capital social	
31.12.2020	12.780
30.09.2021	12.780
Patrimônio Líquido	
31.12.2020	3.131
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<u>3.131</u>
Patrimônio Líquido	
30.09.2021	3.082
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<u>3.082</u>
Resultado do período	
30.09.2021	
Prejuízo da controlada no período	<u>(49)</u>
Movimentação dos investimentos	AES Elpa
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.131</u>
Equivalência patrimonial	(49)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>3.082</u>

Notas Explicativas

8. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	129.837	113.065
Escrow e saldo de Caixa (b)	(109.548)	(104.153)
Total	20.289	8.912
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para processos judiciais e outros (c)	25.234	20.012
Indenizações gerais e outras obrigações (d)	9.879	8.139
Earn-Out a receber (e)	(12.587)	(10.467)
Total	22.526	17.684

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Brasiliana continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguaiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

- Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com consequente manutenção dos preços praticados pela Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

Para mensurar o valor justo dessa contingência, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados, apurando assim um montante de valor justo em R\$ 91.811, registrado como outras obrigações no passivo circulante. Em 30 de setembro de 2021, o valor atualizado é de R\$ 114.467 (R\$98.830 em 31 de dezembro de 2020)

- Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguaiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguaiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006 no entanto a Uruguaiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de Demurrage e Boil off que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento a Uruguaiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguaiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com o seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar equivalente a R\$ 15.190 (R\$ 14.235 em 31 de dezembro de 2020). Desta forma, a Administração da Companhia está trabalhando junto a ANEEL para confirmar e comprovar todos os itens do cálculo e assim definir um valor final com a ANEEL. No entanto, considerando que a ANEEL é o órgão competente por determinar esse valor do ressarcimento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a

Notas Explicativas

reversão do valor inicialmente reconhecido e contabilizou o passivo com base em sua melhor estimativa considerando o ofício.

(b) Escrow e caixa - Em contrapartida às obrigações mencionadas acima, o montante de R\$77.700 (Escrow no montante de R\$ 59.000 e um saldo de caixa de R\$ 18.700) relativos às disponibilidades da Uruguaiana no momento da venda, foram dadas como garantia para cobrir as obrigações supracitadas. O valor total atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 84.170 (R\$ 79.128 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Companhia constituiu conta escrow no montante de R\$ 25.000. O valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 25.378 (R\$ 25.025 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguaiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1º instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a Companhia recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a Companhia já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão do Mandado de Segurança, a Companhia possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

O valor atualizado, em 30 de setembro de 2021, é de R\$ 6.697 (R\$ 5.311 em 31 de dezembro de 2020).

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 30 de setembro de 2021, é de R\$ 18.537 (R\$ 14.701 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

(d) Indenizações gerais e outras obrigações

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguaiana pelos quais a Companhia deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos. O valor justo na data da venda foi de R\$ 6.096. O valor atualizado de R\$8.515 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 6.776 em 31 de dezembro de 2020), registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasiliana. O montante apurado é de R\$ 1.364 e está registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Para mensurar valor justo das obrigações supracitadas, na data da venda, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados. A expectativa do encerramento desses processos é até 31 de dezembro de 2023, portanto, foi necessário efetuar o ajuste a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 12,02% a.a..

(e) Earn-out a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,5 reais por MW gerados pela Uruguaiana após a data do closing até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41 milhões. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 7,42% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$ 9.588. O valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 12.587 (R\$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	31.12.2020	Atualizações monetárias	30.09.2021
<u>CIRCULANTE</u>			
Provisão para processos judiciais e outros	113.065	16.772	129.837
Escrow e saldo de Caixa	(104.153)	(5.395)	(109.548)
Subtotal	8.912	11.377	20.289
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Provisão para processos judiciais e outros	20.012	5.222	25.234
Indenizações gerais e outras obrigações	8.139	1.740	9.879
Earn-Out a receber	(10.467)	(2.120)	(12.587)
Subtotal	17.684	4.842	22.526
Total	26.596	16.219	42.815

Notas Explicativas

9. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

9.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Fiscal				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.938	2.882	3.539	3.471
Total	2.938	2.882	3.539	3.471

A movimentação das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Controladora		
	Saldo em 31.12.2020	Atualizações	Saldo em 30.09.2021
Fiscal			
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.882	56	2.938
Total	2.882	56	2.938
	Consolidado		
	Saldo em 31.12.2020	Atualizações	Saldo em 30.09.2021
Fiscal			
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	3.471	68	3.539
Total	3.471	68	3.539

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Fiscal: PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento deverá ser aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria.

9.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Fiscal	784.147	785.602
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	784.147	785.602

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para o período findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$599.988 atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$593.850 em 31 de dezembro de 2020) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Companhia opôs embargos de declaração. Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Notas Explicativas

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos a execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021 foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$79.933 atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$79.256 em 31 de dezembro de 2020).

(a.3) Compensações administrativas - créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.529, atualizados até 30 de setembro de 2021. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

(a.4) Auto de infração - Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$331.832 atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$325.415 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Tietê Energia S.A (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 à 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Tietê Energia S.A verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 331.832), R\$95.672 seriam de responsabilidade da Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$233.863 atribuíveis à coligada AES Tietê Energia S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a coligada AES Tietê Energia S.A notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de dezembro de 2020). A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

Notas Explicativas

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão e a consequente exclusão da Companhia do polo passivo da demanda, mas também que fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 Setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasiliiana Participações) relativos a suposta infração do BNDES à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasiliiana Participações) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 01 Outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

9.3 Seguro garantia

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<u>Companhia (i)</u>			
Fiscal	4	680.849	0,39% a 0,59%

Notas Explicativas

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$678.829; e (b) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$2.020.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$85.299 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

10.2 Composição acionária

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

10.3 Reservas

	30.09.2021	31.12.2020
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços	17.105	17.105
Total	3.937	3.937

Notas Explicativas

11. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Numerador:				
Resultado líquido do período proveniente de operações em continuidade	(1.576)	(3.844)	(955)	(3.085)
Resultado líquido do período proveniente de operações em descontinuidade	(890)	(16.219)	(45.036)	(40.763)
Resultado líquido do período	(2.466)	(20.063)	(45.991)	(43.848)
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308	42.308	42.308
Resultado por ação				
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,00448)	(0,03648)	(0,08362)	(0,07972)

Notas Explicativas

12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	340	639	135	720
Atualização de créditos tributários	29	58	30	65
Atualização de depósitos judiciais	28	56	12	57
PIS e COFINS sobre receita financeira	(320)	(336)	(7)	(39)
Outras	—	—	(2)	6
Total	77	417	168	809
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.025)	(2.750)	(737)	(2.210)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 9.1)	(28)	(56)	(12)	(50)
Juros sobre mútuo	(86)	(86)	—	—
Outras despesas financeiras	(80)	(110)	1	(1)
Total	(1.219)	(3.002)	(748)	(2.261)
Total resultado Financeiro	(1.142)	(2.585)	(580)	(1.452)
	Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	352	664	140	745
Atualização de créditos tributários	46	93	37	96
Atualização de depósitos judiciais	34	68	15	68
PIS e COFINS sobre receita financeira	(321)	(340)	(8)	(42)
Outras	—	—	(2)	6
Total	111	485	182	873
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.025)	(2.750)	(737)	(2.210)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 9.1)	(34)	(68)	(14)	(61)
Juros sobre mútuo	(86)	(86)	—	—
Outras despesas financeiras	(82)	(111)	1	(1)
Total	(1.227)	(3.015)	(750)	(2.272)
Total resultado Financeiro	(1.116)	(2.530)	(568)	(1.399)

Notas Explicativas

13. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente à atualização das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Atualização da provisão para processos judiciais e outros	(1.349)	(16.772)
Atualização da escrow e do saldo de caixa	1.333	5.395
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões	(1.113)	(6.962)
Atualização do Earn-Out a receber	239	2.120
Total	(890)	(16.219)

Em função dos montantes da operação descontinuada referirem-se a variação monetária dos saldos das obrigações de venda, os mesmos não afetaram o caixa da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2021.

No período comparativo o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se a demonstração de resultado da sua ex-controlada Uruguaiana no período findo em 30 de setembro de 2020, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(100)	(978)
Taxa de fiscalização	(327)	(1.306)
Pessoal e administradores	(575)	(2.235)
Serviços de terceiros	(311)	(2.307)
Material	(165)	(530)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(7)	(32)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	3.655	14.702
Depreciação e amortização	(3.655)	(14.702)
Outras despesas e receitas operacionais (i)	(256)	12.337
Receitas financeiras	342	2.137
Despesas financeiras	(4.973)	(9.498)
Variações cambiais, líquidas	(1)	312
Perda na venda de subsidiária	(38.663)	(38.663)
Total	(45.036)	(40.763)

(i) refere-se majoritariamente ao ressarcimento descrito na nota explicativa 8.a.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora							
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	—	—	—	—	—	—	—	—
Diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	—	—	—	—	—	—	—	—
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	(1.576)	(1.576)	(3.844)	(3.844)	(955)	(955)	(3.085)	(3.085)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(66)	(66)	(49)	(49)	(12)	(12)	(81)	(81)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	282	282	(13.001)	(13.001)	984	956	3.141	3.141
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	1.360	1.360	16.894	16.894	(17)	11	25	25
Total das adições (exclusões)	1.576	1.576	3.844	3.844	955	955	3.085	3.085
Resultado ajustado	—	—	—	—	—	—	—	—
Base de cálculo	—	—	—	—	—	—	—	—
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%	25%	9%
Total da receita (despesa) com tributos	—	—	—	—	—	—	—	—
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Notas Explicativas

	Consolidado							
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	(2)	(1)	—	—	—	—	—	—
Diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	(2)	(1)	—	—	—	—	—	—
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	(1.579)	(1.579)	(3.844)	(3.844)	(955)	(955)	(3.085)	(3.085)
Adições (exclusões):								
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	217	217	(12.952)	(12.952)	955	955	3.057	3.057
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	1.362	1.362	16.894	16.894	—	—	27	27
Outros	—	—	—	—	—	—	1	1
Total das adições (exclusões)	1.579	1.579	3.942	3.942	955	955	3.085	3.085
Resultado ajustado	—	—	98	98	—	—	—	—
Base de cálculo	—	—	98	98	—	—	—	—
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional	—	—	—	—	—	—	—	—
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	—	—	(15)	(9)	—	—	—	—
Total da receita (despesa) com tributos	—	—	(15)	(9)	—	—	—	—
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) A Companhia apurou nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Prejuízo fiscal	103.178	100.059	119.415	116.247
Base negativa contribuição social	103.187	100.068	122.971	119.803
Diferenças temporárias ativas	26.642	9.748	27.111	10.457

Notas Explicativas

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Transação com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
PASSIVO				
Dividendos a pagar:				
BNDESPar	—	—	32	32
Subtotal	—	—	32	32
Mútuo (i):				
AES Brasil Ltda.	4.469	—	4.469	—
Total do passivo com partes relacionadas	4.469	—	4.501	32

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2024.

O impacto no resultado para 30 de setembro de 2021 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Resultado				
AES Brail Ltda.	(86)	(86)	(86)	(86)
Total	(86)	(86)	(86)	(86)

15.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 são apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Benefícios de curto prazo	86	259	78	173
Total	86	259	78	173

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

Notas Explicativas

		Controladora				
		30.09.2021		31.12.2020		
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	21	21	60	60	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	3.646	3.646	2.614	2.614	Valor Justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	5	2.969	2.969	2.908	2.908	Custo amortizado
Total		6.636	6.636	5.582	5.582	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		46	46	45	45	Custo amortizado
Mútuo	15	4.469	4.469	—	—	Custo amortizado
Total		4.515	4.515	45	45	
		Consolidado				
		30.09.2021		31.12.2020		
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	59	59	90	90	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	4.577	4.577	3.634	3.634	Valor Justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	5	3.574	3.574	3.501	3.501	Custo amortizado
Total		8.210	8.210	7.225	7.225	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		48	48	45	45	Custo amortizado
Dividendos a pagar	15	32	32	32	32	Custo amortizado
Mútuo	15	4.469	4.469	—	—	Custo amortizado
Total		4.549	4.549	77	77	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Em 30 de setembro de 2021, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

16.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de

Notas Explicativas

gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada Uruguaiana, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2021 é:

Consolidado	30.09.2021
Caixa e equivalentes de caixa	21
Investimentos de curto prazo	3.646
Total da exposição	3.667

(a.2) Risco de liquidez

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 30 de setembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	48	—	—	—	—
Dividendos a pagar	32	—	—	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	20.289	—	22.526	—
Mútuo	—	—	—	4.469	—
Total	80	20.289	—	26.995	—

(a.3) Riscos de mercado

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2021	Projeção - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC			4,21%	6,32%	8,42%	10,53%	12,63%
Investimentos de curto prazo	SELIC	4.577	193	289	385	482	578
IGPM			2,53%	3,79%	5,05%	6,31%	7,89%
MAE	IGPM	114.647	2.901	4.345	5.790	7.234	9.046
Contingência de PIS/COFINS	IGPM	25.234	638	956	1.274	1.592	1.991
Contingência ambientais	IGPM	8.515	215	323	430	537	672
IPCA			2,31%	3,46%	4,61%	5,76%	7,20%
Ressarcimento	IPCA	15.190	351	526	700	875	1.094
Subtotal		<u>168.163</u>	<u>4.298</u>	<u>6.439</u>	<u>8.579</u>	<u>10.720</u>	<u>13.381</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Brasiliiana Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasiliiana Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 20.063 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 34.973 mil e capital circulante negativo consolidado de R\$ 13.210 mil. Conforme apresentado na Nota 2.2, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O 2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2021.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2021.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente